

IRSA - CONGRESSO MUNDIAL DE SOCIOLOGIA RURAL (01/10/2025 A
20/01/2026) - IRSA 33 - KNOWLEDGE MANAGEMENT, EXTENSION
SERVICES, AND AGRI-FOOD INNOVATION

**TITULAÇÃO DEFINITIVA E INFLEXÕES DA POLÍTICA AGRÁRIA NO
BRASIL: DISPUTAS, NARRATIVAS E REORIENTAÇÕES RECENTES**

Eduardo Miotto Flech (eduardoflech@gmail.com)

Laila Garcia Marques (lailagarciamarques@gmail.com)

Adilson Roberto Bellé (adilsonbelle01@gmail.com)

Alisson Vicente Zarnott (alisson.zarnott@ufsm.br)

A política de titulação de terras em assentamentos da reforma agrária no Brasil sofreu uma inflexão a partir de 2016, após o afastamento da presidenta Dilma Rousseff. Nos governos de Michel Temer (2016–2018) e Jair Bolsonaro (2019–2022), a titulação definitiva passou a ocupar posição central na atuação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), em detrimento de políticas voltadas à criação de novos assentamentos, à desapropriação de terras e à consolidação estrutural das áreas reformadas. Nesse período, a entrega de títulos foi divulgada como instrumento de autonomia, segurança jurídica, acesso ao crédito e “emancipação” dos assentados frente ao Estado.

A análise das narrativas institucionais, de notícias e de entrevistas revelou controvérsias nessa política. Movimentos sociais, especialmente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), organizações sindicais e pesquisadores criticaram a política de titulação por considerá-la uma forma de “contrarreforma agrária”. Entre os argumentos destacaram-se a desassistência estatal após a titulação, o endividamento das famílias assentadas, a fragilização da sua identidade política e o risco de reconcentração fundiária, diante da inserção das terras reformadas no mercado. Também se destacou a imprecisão recorrente na divulgação dos dados oficiais, que frequentemente confundiram títulos provisórios e definitivos.

A partir de 2023, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, observou-se uma reorientação da política agrária e de sua narrativa institucional. A titulação definitiva passou a ser tratada de forma mais cautelosa e articulada à retomada da reforma agrária, com prioridade para a criação de novos assentamentos, o fortalecimento do Incra, a oferta de políticas públicas estruturantes e o reconhecimento territorial, incluindo a titulação de territórios quilombolas e a regularização fundiária. Assim, a titulação deixou de ser apresentada como eixo exclusivo da política fundiária, passando a integrar uma concepção ampla de desenvolvimento, justiça social e ordenamento territorial.

Palavras-chave: título definitivo; reforma agrária; incra; assentamentos; política agrária.